

A GESTÃO DEMOCRÁTICA, O CURRÍCULO E OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO NA TRANSFORMAÇÃO DO ENSINO E DA SOCIEDADE

Adauton Ezequiel Müller ¹
João Felipe Figueiredo ²
Andréa Forgiarini Cecchin ³

RESUMO

Este trabalho resulta de pesquisas do Programa de Políticas Públicas e Gestão Educacional da UFSM. É uma pesquisa exploratória com abordagem qualitativa, realizada a partir de revisão bibliográfica. Explorou-se a teoria sobre gestão democrática e currículo, problematizando-se a sua relação. Responde-se: Que relações se podem estabelecer entre o currículo e a gestão democrática e qual o papel dos profissionais da educação nesse processo? Em suma, currículo e gestão democrática estão interconectados. São importantes numa perspectiva de integralidade do ser humano e da sociedade e espaços políticos, nos quais através da participação os profissionais da educação transformam ensino e sociedade.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Gestão democrática e participativa; Currículo.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto de pesquisas vinculadas ao Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional e ao Doutorado em Educação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Por meio de uma pesquisa qualitativa e de revisão bibliográfica, buscou-se responder à seguinte questão de pesquisa: **Que relações se**

¹ Mestrando em Políticas Públicas e Gestão Educacional da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, adauton.muller@ufsm.br;

² Mestrando em Políticas Públicas e Gestão Educacional da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, joao.figueiredo@ufsm.br;

³ Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica, PUC/RS, Professor Associado 4 do Departamento de Fundamentos da Educação da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, andrea.cecchin@ufsm.br.

podem estabelecer entre o currículo e a gestão democrática e qual o papel dos profissionais da educação nesse processo? Dessa forma, procurou-se explorar o conceito de gestão democrática, revisitar algumas teorias sobre o currículo, problematizando a relação entre essas temáticas, evidenciando-se a participação dos profissionais da educação como elemento fundamental para a sua concretização e para a construção de uma sociedade voltada aos interesses coletivos.

METODOLOGIA

Esta é uma pesquisa exploratória que se inscreve em uma abordagem qualitativa. Segundo Gil (2019, p. 26) a pesquisa exploratória “[...] têm como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses”. Para a produção dos dados, utiliza-se o levantamento bibliográfico e a análise documental. Apoiar-se nos conhecimentos sobre o ciclo de políticas defendido por Stephen Ball para a análise.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Observou-se que a gestão democrática tem sido amplamente debatida no contexto educacional, tendo regramento legal bem definido no sistema brasileiro. Destaca-se como ferramenta para a sua concretude a participação, pois sua previsão consta dos principais documentos norteadores da educação brasileira. Contudo, previsões normativas e teóricas não são suficientes para assegurar a participação e, efetivamente, a gestão democrática no contexto educacional, pois é preciso que os espaços sejam ocupados e torna-se necessário pensá-la e concebê-la essencialmente a partir de sua relação com o currículo.

Nesse contexto, os currículos são importantes instrumentos para a gestão democrática, pois são necessários para a edificação e para a transformação do ensino e da sociedade. A participação torna-se fundamental para que o ensino ganhe qualidade e se

movia numa perspectiva implicada com os compromissos que a educação deve assumir para o desenvolvimento integral do ser humano e da sociedade.

A gestão democrática, no contexto educacional, tem sido debatida como uma importante ferramenta para a participação. De acordo com Libâneo, Oliveira e Toschi (2009, p. 318) “A gestão é, pois, a atividade pela qual são mobilizados meios e procedimentos para atingir os objetivos da organização, envolvendo, basicamente, os aspectos gerenciais e técnico-administrativos.”

Assim, na dinâmica da escola, a gestão democrática se estabelece e visa garantir processos coletivos de construção dos processos educacionais e se propõe a perpassar todos os processos decisórios que vão, desde a questão da administração escolar, passam pela elaboração do projeto pedagógico, sistematização e organização dos currículos e finalmente na dinâmica do cotidiano escolar. Dada a sua importância, está prevista em documentos legais como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996) - LDB e o Plano Nacional de Educação - PNE (Lei 13.005, de 25 de junho de 2014).

Tais previsões normativas alinhadas às explicações da literatura sobre o tema fornecem um rico repertório quanto aos conceitos e propósitos da gestão democrática. Segundo Libâneo, Oliveira e Toschi (2009) a qualidade do ensino e a democratização da gestão são melhoradas e influenciadas pela participação. Entretanto, para que ela ocorra é necessário que os espaços sejam ocupados pelos sujeitos históricos no contexto educacional e torna-se necessário pensá-la e concebê-la essencialmente a partir de sua relação com o currículo.

De acordo com a Teoria Pós-crítica, o currículo se manifesta como território político no qual ocorrem disputas de poder e, com isso, naturalmente, a manutenção da ideologia dominante. Segundo Silva (2009, p. 147), o currículo é um espaço de poder. Além disso, deve ser compreendido não somente como capaz de reproduzir, mas também de ter efeitos concretos na sociedade em que está inserido (SACRISTÀN; GÓMEZ, 1998, p. 148).

Verifica-se que a relação entre o currículo e a gestão democrática é um importante espaço político e social de articulação dos interesses coletivos dos sujeitos da comunidade escolar em prol da construção de um modelo de sociedade formulado para representar os interesses de toda essa comunidade, em especial um modelo que não exclua os objetos culturais das classes oprimidas. Neste sentido, não se pode mais conceber e vivenciar o currículo em suas formas tradicionais. Questões de gênero, do multiculturalismo, da complexidade do mundo globalizado, da valorização de ideias, da tolerância e do respeito com a diversidade devem perpassá-lo.

A partir da gestão democrática o currículo se constrói em uma perspectiva responsável com o desenvolvimento integral do ser humano e da sociedade. Direção, professores e corpo administrativo, cada um com seu papel nesta organização, pode contribuir com modos de gestar colaborativamente o espaço escolar.

Assim, os profissionais da Educação, implicados no processo educacional, seja direta ou indiretamente e participando ativamente do dia a dia da instituição educacional, enquanto sujeitos engajados pedagógica, técnica e politicamente serão os elos condutores do processo de gestão democrática e terão a responsabilidade de promover/mediar a articulação entre os demais sujeitos e, sobretudo, mobilizá-los para produzir, por intermédio do currículo, um sistema educacional mais democrático, plural, justo e tolerante, que auxilie na edificação de uma sociedade mais humana e igualitária e não subordinada aos interesses culturais, de mercado e do capital da classe dominante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Gestão democrática e currículo estão, assim, interconectados. A construção do currículo deverá ocorrer, numa perspectiva que atenda aos compromissos que a educação deve assumir para o desenvolvimento integral do ser humano e da sociedade, cabendo às instituições educacionais oportunizar os espaços para a participação da comunidade na construção de um ensino de qualidade e de um modelo de sociedade mais humano e

inclusivo. Tal qualidade, apesar da complexidade, das divergências e das diversas interpretações possíveis, deve ser considerada a longo prazo no contexto educacional e, a partir de uma perspectiva que considere a participação da comunidade e esteja alinhada aos seus interesses e influências, de forma que melhor atenda às suas necessidades considerando as múltiplas e complexas formas de sentimento, pensamento e ação dos sujeitos.

Conclui-se que o currículo e a gestão democrática são dispositivos importantes para a concretização da educação numa perspectiva de integralidade do ser humano e da sociedade, estando interconectados, se configuram em espaços políticos importantes para a articulação dos interesses coletivos da comunidade escolar, onde por meio da participação os profissionais da educação contribuem coletivamente para a transformação do ensino e da sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 30 jan. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2014]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em: 30 jan. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [1996]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 30 jan. 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2019. 173 p.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra.
Educação escolar: políticas, estrutura e organização. 8. ed. São Paulo - Sp: Cortez
Editora, 2009.

SACRISTÀN, José Gimeno; GÓMEZ, Ángel. I. Pérez. **Compreender e transformar o
ensino.** 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998. 400 p. Tradução de: Ernani F. da Fonseca
Rosa.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade:** uma introdução às teorias do
currículo. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.